

CONSTRUIR-SE POLICIAL MILITAR: DA IDENTIDADE DETERIORADA AO AUTO-RECONHECIMENTO E RECONHECIMENTO SOCIAL ENQUANTO PROFISSÃO

AUTOR: Welliton Caixeta Maciel (wellitonmaciel@gmail.com) – graduando em Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia)

ORIENTADORA: Maria Stela Grossi Porto

INSTITUIÇÃO: Universidade de Brasília (UnB)

PALAVRAS-CHAVE: Formação e Práticas Policiais Militares; Representações Sociais; Identidade Profissional.

OBJETO E OBJETIVOS: Este trabalho teve como objeto de análise a questão da construção identitária do policial militar e a compreensão do por que dessa identidade negada, deteriorada ou percebida como negativa; seus condicionantes e os efeitos dela decorrentes, com recorte centrado na Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). Nortearam a condução da pesquisa os seguintes objetivos: 1) analisar o modelo policial profissional ensinado e seu desvelamento durante o processo de formação do policial militar, em contraponto ao paradigma identitário construído; 2) apontar alternativas para uma possível transformação dessa identidade deteriorada, com vistas ao reconhecimento e ao auto-reconhecimento de sua atuação como profissão.

METODOLOGIA: Constituíram-se lócus da pesquisa, a Academia de Polícia Militar de Brasília e o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) da PMDF. A investigação compreendeu duas estratégias de abordagem metodológica: a) intensa e profícua pesquisa bibliográfica; b) utilização do aporte teórico-metodológico propiciado pela teoria das representações sociais. Levando-se em conta o fato de se tratar de uma pesquisa de caráter qualitativo, para a concretização da segunda estratégia, optou-se pela utilização das seguintes técnicas: entrevistas semi-estruturadas e grupos focais. No que tange à primeira, cinquenta entrevistas foram realizadas, sendo que os(as) participantes foram selecionados(as) aleatoriamente das listas de matrícula dos cursos de formação de ambas as unidades de ensino, dentre aqueles(as) que atuavam diretamente no policiamento ostensivo ou administravam sua execução. Serviram, também, como variáveis de segmentação: sexo, posição hierárquica ocupada e tempo de serviço na instituição. Com isso, foram selecionadas duas amostras: uma com trinta e quatro indivíduos (Oficiais: Aspirantes a Oficial e Primeiro Tenentes, vinte e sete homens e sete mulheres, com tempos variados de serviço à instituição) e outra com dezesseis (Praças: Soldados e Cabos, doze homens e quatro mulheres, com uma média de dezoto anos de serviço policial militar). A ordem das perguntas seguiu um roteiro elaborado previamente, cujos tópicos-guia foram abarcados, principalmente, nas categorias (ou dimensões de análise): a articulação entre teoria e práticas policiais militares, o uso da força física, a questão da violência policial, identidade com a função policial e o “ser policial”. A análise realizada posteriormente teve como base, além das falas dos(as) interpelados(as), as observações do entrevistador e as anotações feitas em seu caderno de campo. *A pesquisa está em curso, encontrando-se, atualmente, na fase de realização dos grupos focais. Logo, os resultados e conclusões descritos abaixo são parciais.*

RESULTADOS E CONCLUSÕES: Apreendeu-se das falas dos(as) entrevistados(as) que: **1)** durante a formação, teoria e prática se articulam, no entanto, a contextualização prática dos conteúdos é deficiente. São mais valorizadas as disciplinas específicas (militares). A questão da hierarquia interfere negativamente na formação policial, uma vez que distancia os diferentes níveis existentes na corporação, firmando as imposições e aumentando a impessoalidade no trato com os demais. Essa mesma formação foi reconhecida enquanto processo de socialização secundária, uma fase de incorporação de novas idéias, de mudanças na forma de representar simbolicamente a realidade social, uma etapa em que novos valores (organizacionais, particulares e sociais) são agregados (BERGER e LUCKMANN, 2004); **2)** quanto à questão do uso da força física, existe um consenso de que à Polícia Militar, enquanto instituição pública detentora do uso legal da violência, cabe o emprego dessa força no sentido de regulação das relações interpessoais dentro dos grupos sociais (BAYLEY, 2001). Sobre o seu limite, admitiu-se a existência do caráter subjetivo da aplicação e a impossibilidade de precisão da quantidade de força necessária para atender a cada caso. Ainda sobre essa questão, citam a importância do treinamento para a operacionalização dessa forma de violência legítima/legitimada; **3)** em suas representações sociais: **a)** a violência no Distrito Federal tem aumentado, ao contrário da violência policial, ao que atribuem o fato da pressão e cobranças sociais por punição, além do melhor relacionamento entre polícia e sociedade; **b)** a sociedade hoje, por ser melhor instruída no que tange aos seus direitos e deveres, faz suas reivindicações com mais coragem; **c)** as organizações que se ocupam em cuidar dos e fazer cumprir os Direitos Humanos “devem olhar com mais cuidado o lado do policial militar”; **4)** as principais motivações para ingresso na corporação foram: a estabilidade econômico-financeira e a influência advinda da família e/ou de amigos. Mais de uma motivação pode ter concorrido para essa escolha, todavia, a identidade com a profissão e com sua função social, a busca por qualificação e/ou ascensão profissional e a questão da vocação propriamente dita foram pouco citadas. Os(as) Oficiais representam o “ser policial” de forma, digamos, mais racional, enquanto que os(as) Praças, por sua vez, enxergam o “ser policial” como algo romântico, messiânico, quase uma missão de ordem social. Acredita-se que papel social do policial militar pode se confundir com outros, por exemplo, com “o do psicólogo ou do advogado”, sendo que suas atuações dentro da sociedade vão além daquelas diretamente ligadas à segurança pública. A quase totalidade dos(as) mesmos(as) disse ser impossível a dissociação entre a identidade militar e a identidade civil, uma vez que “o policial é policial vinte e quatro horas por dia”.

A compreensão da construção identitária do policial militar e de seus reflexos em sua atuação profissional pode ocorrer por meio de enfoques e abordagens diferentes; contudo, a escolha das representações sociais como forma de análise fundamenta-se no reconhecimento de sua importância teórico-metodológica enquanto estratégia de conhecimento do social. Por meio desse tipo de abordagem, tem-se observado a existência predominante do culto ao pragmático em detrimento do teórico, como também, de uma “cultura contra-escolar” (WILLIS, 1991; MORAES, 2005). O deteriorado ou renegado, no que tange à imagem que a sociedade faz do policial e daquela que ele faz de sua atuação, situa-se, sobretudo, no campo das práticas com toda sua carga simbólica. Subsidiado pela secundarização da teoria, acarreta na falta de profissionalização adequada e/ou esperada, comprometendo a identidade profissional do policial militar, podendo sua atuação desembocar em condutas institucional, social e eticamente ‘desviantes’.

Segundo Durkheim (2006), as instituições transcendem e conformam os comportamentos dos que delas participam. Elas criam horizontes próprios, ritualizam a incorporação de seus membros e são de grande importância para a construção do eu e da identidade profissional (GOFFMAN, 1967; DOUGLAS, 1998). Para Castel (1998), o trabalho é mais que trabalho porque produz e confere identidade, não só relativa ao universo do trabalho, como também em relação ao mundo social em que os indivíduos habitam. A assimilação de comportamentos próprios, de condutas esperadas, a resistência ao formal e a ameaça constante de denúncia do informal, a posição de ambigüidade a que são colocados esses indivíduos entre mundos dicotômicos: a) o da lei/ordem e o do crime/desordem, com as dinâmicas dos processos de socialização e de familiarização ali circunscritos; b) a desconfiância ou os baixos níveis de confiança ligados a vários aspectos do trabalho; c) a intensificação dos estímulos nervosos (SIMMEL, 1976) necessários às exigências da vida metropolitana; d) a produção de uma economia psíquica fundamental ao equilíbrio do indivíduo (ELIAS, 1994) institucionalizado, contra a qual trabalha a economia da vigilância e da eficácia da disciplina (FOUCAULT, 2007). Determinantes causais, ou não, ainda que meros conseqüentes, todos esses fatores contribuem dentro desse processo de construção identitária do policial militar.

Para além de uma análise acerca dessas causalidades plurais, podemos apontar uma possibilidade para o rompimento do deteriorado e renegado: o papel da PMDF dentro do processo de formação de seus membros (*lembrando se tratar apenas de um primeiro momento da etapa de conclusão da pesquisa, com foco no institucional*). Conclui-se que cabe não somente a estes, mas, principalmente à corporação, como instituição, agir em suas políticas de educação, em desfavor da realidade que se percebe, melhorando a imagem social de seus policiais e o auto-reconhecimento destes enquanto profissionais. Acredita-se, também, ser esta uma das condições para a diminuição da violência institucional estatal e, *mutatis mutandis*, à manutenção da legitimidade da concentração do monopólio do uso da força em mãos do Estado (WEBER, 2004).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BAYLEY, D. H. (2001) *Padrões de Policiamento: Uma Análise Comparativa Internacional*. São Paulo: Ed. USP.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. (2004) *Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- CASTEL, R. (1998) *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- DOUGLAS, M. (1998) *Como as Instituições Pensam*. São Paulo: Ed. USP.
- DURKHEIM, E. (2006) *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes.
- ELIAS, N. (1994) *O Processo civilizador – uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FOUCAULT, M. (2007) *Vigiar e Punir: história da violência das prisões*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- GOFFMAN, E. (1967) *Interaction Ritual*. New York: Anchor Books.
- MORAES, P. R. B. de. (2005) *Punição, Encarceramento e Construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo: IBCCRIM.
- MOSCOVICI, S. (2007) *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- SÁ, C. P. de. (1998) *A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- SIMMEL, G. (1976) *A metrópole e a vida mental*. In: VELHO, O. (org.) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar.
- WEBER, M. (2004) *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Ed. UnB.
- WILLIS, P. (1991) *Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social*. Porto Alegre: Artes Médicas.